

Luís Reis  
Torgal

"Um homem humilde, mas livre na sua investigação"



## "Um homem humilde, mas livre na sua investigação"

*Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da PIDE/DGS*

Por Luís Reis Torgal\*

475

1. Sílvio Lima (1904-1993), de nome completo Sílvio Vieira Mendes Lima, que foi professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de pedagogia, psicologia e teoria da história, é uma das personalidades mais interessantes do mundo universitário da transição da Ditadura Militar para o Estado Novo. Tem, além disso, um significado bastante representativo a sobrevivência da sua acção cívica no contexto do regime de Salazar e de Marcello Caetano.

Foi militante do republicanismo "libertário", na sua perspectiva intelectual e sergiana, "organizada e reformadora". Salientou-se, com certo escândalo, em 1930, como crítico corajoso da obra de Manuel Gonçalves Cerejeira, *A Igreja e o pensamento contemporâneo* (1924), quando o seu antigo professor já era Cardeal Patriarca, o que originou uma viva polémica com o sector "católico". Como universitário e cientista, procurou objectivamente analisar questões do sentimento religioso, nomeadamente do misticismo. Por estes e talvez por outros motivos, tornou-se uma das primeiras vítimas dos processos de "saneamento" do regime de Salazar, logo em 1935, com Aurélio Quintanilha, Rodrigues Lapa e Abel Salazar.

Reintegrado no início de 1942, manteve vivo o seu espírito crítico, através de algumas afirmações e acções cívicas, nomeadamente em momentos de alguma actividade política permitida e controlada pelo Estado Novo. Mas, desgostoso com a Universidade e com o Governo que a controlava, pediu a demissão, que lhe foi concedida em 1965. Só voltou simbolicamente à Faculdade de Letras depois de 1974, em 16 de Abril de 1975, para ser outra vez reintegrado.

Como se pode ler numa das suas cartas que publicamos e de onde extraímos o título, que pretendeu ser sugestivo, deste artigo de publicação de fontes, Sílvio Lima autocaracterizou-se como "um homem humilde, mas livre na sua investigação". Esse sentido de liberdade que o levou a ser demitido em 16 de Maio de 1935, tendo como base legal o decreto-lei n.º 25 317, de 13 de Maio desse ano - que justificava a demissão dos funcionários públicos que revelassem "espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política" ou que não dessem "garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado" - foi ainda a causa de nunca ter sido promovido a professor catedrático durante o Estado Novo, apesar da proposta nesse sentido da Universidade de Coimbra e do Conselho Escolar da Faculdade de Letras e até dos esforços de alguns dos seus colegas, mesmo alguns deles libados ao salazarismo.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

2. Estas e outras questões que dizem respeito à actividade intelectual de Sílvio Lima já têm sido dadas a conhecer em sucessivos estudos<sup>1</sup>. Por isso não iremos repetir o que está dito, por nós e por outros investigadores. Apenas acrescentaremos mais alguma coisa, com a finalidade de apresentar a documentação agora publicada. Mas começaremos por uma nota pessoal.

O Doutor Sílvio Lima foi meu professor da cadeira de Teoria da História, como o foi do Doutor João Francisco Marques, meu colega um pouco mais novo em Coimbra e meu grande amigo de muitos anos. Por isso, julgo que este trabalho, sobre o nosso Mestre, é um excelente motivo de homenagem para a sua jubilação. Recordar Sílvio Lima é, pois, lembrar o nosso passado de estudantes - que ainda somos e (espero) continuaremos a ser por muitos anos - e recordar um homem que muito nos diz, nós que passámos pela Universidade em tempos difíceis, em que não só não éramos livres para investigar, como até tínhamos dificuldade em entender, no seu âmago, o que era uma "investigação livre".

Apesar de então conhecer algo do passado de Sílvio Lima, nunca lhe captei traços vinculados de qualquer militância política. Por "humildade" e por probidade profissional, dava-nos aulas sem que das suas palavras se soltasse um lamento pessoal ou qualquer interpretação mais arrojada. Julgo, agora, que também procurava esconder as suas ideias, até porque se sabia constantemente vigiado.

Notável pedagogo, não direi que se caracterizasse pela profundidade da sua análise, mas por um discurso bem estruturado, de grande lógica, elegância e clareza. Apenas recordo que nos inspirava confiança para pensar a História de forma livre. Por isso não deixava de introduzir nas suas reflexões a leitura de *O Processo Histórico* de Juan Clemente Zamora<sup>2</sup>. Era através dessa obra que chegávamos a conhecer a interpretação marxista da História, que tinha o seu lugar no programa.

Mas Sílvio Lima não era marxista. A dialéctica que tão constantemente invocava para interpretar a História - o que se verifica nas cartas agora dadas a lume - era claramente de tipo hegeliano. O seu drama (confessava numa das epístolas) consistia no facto de a sua "consciência democrática" de "velho liberal" se sentir entalada entre "dois abismos", ou seja, entre a direita autoritária de "o César de Santa Comba" (como chamou a Salazar)<sup>3</sup> e as "esquerdas" extremistas que (conforme receava) poderiam reforçar, perigosamente, a acção dos "direitistas"<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Vide *Biblos*, vol. LV, Coimbra, 1979, particularmente os artigos de Barahona Fernandes, José Ferreira da Silva, Manuel Viegas Abreu e a "Bibliografia" de Silva Lima; Nídia Gregório, "Subversão e repressão na Universidade no início do Estado Novo", in Nídia Gregório e outros, *Ideologia, Cultura e mentalidade no Estado Novo. Ensaios sobre a Universidade de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992; e Luís Reis Torgal, "Estado Novo e vigilância policial na Universidade. Os casos de Sílvio Lima e de Joaquim Ferreira Gomes", in *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Núcleo de Análise e Intervenção Educativa da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1998, e *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra*, Coimbra, Minerva, 1999, *passim*.

<sup>2</sup> Entre outras edições, Juan Clemente Zamora, *El proceso histórico*. La Habana, J. Monteiro, 1938,

<sup>3</sup> Correspondência dirigida a Manuel Mendes, 1.

<sup>4</sup> Cartas a Joaquim Montezuma de Carvalho, 1.

3. As cartas que aqui publicamos encontram-se na Torre do Tombo no arquivo da PIDE/DGS, ou seja, da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, nova denominação do final da guerra da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e, depois do marcelismo, intitulada eufemisticamente Direcção Geral de Segurança. O seu processo já foi por nós genericamente analisado, conjuntamente com o processo de um seu discípulo, o Doutor Joaquim Ferreira Gomes, em volume de homenagem àquele que é considerado o fundador da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra<sup>5</sup>. Este é, pois, essencialmente, um artigo de sentido documental.

Através das epístolas de Sílvio Lima que ali se encontram - normalmente fotocópias que os serviços de censura dos correios fariam, com base nas cartas suspeitas que lhe passavam pelas mãos, mas, em certos casos, originais autênticos que não chegavam ao destinatário - percebemos não só como se verificava a acção de vigilância estreita sobre meros cidadãos suspeitos, como o que pensava Sílvio Lima, para além de compreendermos algumas das suas preocupações do seu quotidiano cultural.

Não só o redactor das cartas era suspeito, mas eram-no igualmente os destinatários. Ou seja, neste caso, eram vigiados também: o grande pensador António Sérgio; Manuel Mendes, consagrado militante da oposição, pelo que as cartas originais de Sílvio Lima que lhe eram dirigidas foram mesmo apreendidas; o jurista e ensaísta literário Joaquim Montezuma de Carvalho, então residente em Moçambique, filho do professor de Coimbra, o republicano Doutor Joaquim de Carvalho, que fora colega de Salazar na Universidade e que ele quisera abater por via indirecta, extinguindo a Imprensa da Universidade de que era director; o discípulo e depois colega Doutor Joaquim Ferreira Gomes, autor de um livro sobre o *aggiornamento* da Igreja; e Mário de Sottomayor Cárdua, formado em Filosofia por Lisboa, que foi também aluno em Coimbra durante um ano e que enviara a Sílvio Lima um livro sobre a *Seara Nova*. São cidadãos defensores de uma cultura de liberdade, em oposição a Salazar - foram intérpretes de realidades culturais e políticas socialistas, liberais ou católicas democráticas.

Portanto, nem só os comunistas (alguns poderiam tê-lo sido, como Sottomayor Cárdua, mas outros jamais passaram por essa experiência) foram atentamente observados. O Estado Novo era anticomunista, mas também contrário à ordem demoliberal. Julgamos, por isso, que, se interessa escrever a história da repressão exercida em relação aos comunistas (do Partido Comunista e das outras formações que foram entretanto surgindo), não importa menos - tomando como base o arquivo da PIDE/DGS e não só - conhecer os processos de outros cidadãos, mesmo de "cidadãos vulgares", sem nenhuma militância ou atitude política especial, "cidadãos acima de toda a suspeita". Só assim se perceberá a rede apertada que era estendida pela polícia do Estado Novo. Foi esta uma das conclusões que tirámos da escassa investigação até agora realizada.

Mas, como dissemos, para além deste aspecto, que nos foi sendo sugerido, de grande importância para entendermos o sentido do autoritarismo ou até do "totalitarismo" (sempre negado) do regime de Salazar e de Caetano, ficámos a conhecer algo mais do pensamento de um "intelectual livre", como desejava ser Sílvio Lima, através da leitura das suas cartas pessoais.

<sup>5</sup> Vide artigo citado (*supra*, nota 1).

Por um lado, poderá ver-se nessas missivas que Sílvia Lima se recatou no exercício - sempre dificilmente assumido, devido à revolta pela injustiça contra ele cometida - de uma vida intelectual própria, não diremos marginal à vida pública e à Universidade, mas que todavia se realizava em parte fora dela. Dirigia a "Colecção Filosófica", escrevia um ou outro artigo que poderia ser censurado (como sucedeu com "História, *Magistra Vitae*", destinado a *A Capital*), reflectia com os seus amigos e os seus discípulos acerca de textos por eles enviados, nomeadamente os textos "seareiros", a que se sentia profundamente ligado.

Mas, como se disse, Sílvia Lima, obrigado a aposentar-se precocemente, devido a motivos de saúde, em última instância provocados pela repressão que sofreu, não esqueceu o seu principal algoz e o seu governo: "o César...", "o consulado ditatorial do Tal que presentemente apodrece no cemitério de Santa Comba"<sup>6</sup>, "o 'fascismo dogmático do 'Maurras português'"<sup>7</sup>, "o furacão 'Salazar'"<sup>8</sup>. Assiste, assim, e colabora tanto quanto possível (parece haver nas suas palavras, mas sobretudo nas suas entrelinhas e nos seus silêncios, um sentimento de pena por não poder colaborar mais livre e activamente), nos movimentos de oposição, louvando as atitudes de luta pela liberdade manifestadas pelos seus camaradas de ideias e pelos seus estudantes em momentos particularmente significativos, tais como (só para nos restringirmos aos acontecimentos referidos nas epístolas) as eleições de 1953 e de 1969 para a Assembleia Nacional, o sufrágio para a Presidência da República em 1958 ou os movimentos académicos de 1969. Neste contexto, apesar de ser invadido por uma certa angústia, dado não acreditar nunca nas medidas "liberalizadoras" do regime, mesmo quando ele era já liderado por Marcello Caetano - para ele "o 'marcelismo' é um Salazarismo sem Salazar"<sup>9</sup> -, julga que a evolução é implacável e que, em qualquer momento, despertaria uma nova realidade política: "o tempo vai rodando, e o mundo marcha para a superação dialéctica do passado e do presente"<sup>10</sup>, "o espírito tem as suas *leis dialécticas* e a sua marcha é *irreversível*"<sup>11</sup>.

Também é esta compreensão da evolução social que o leva a entender o movimento académico de 1969, apesar de parecer rechar o seu "esquerdismo"<sup>12</sup>, ou a louvar a "des-salazarização" da Universidade iniciada por Veiga Simão no governo marcelista<sup>13</sup> em que, como vimos, não acreditou. As suas palavras são sempre, de resto, bem amargas relativamente à situação da universidade portuguesa, sobretudo quando comparada com as universidades europeias. A truculência do seu humor triste leva-o a usar palavras bem duras para Coimbra e para a sua escola, de onde foi demitido e onde, mesmo depois de reintegrado, não pôde singrar. "*Lusa-Apenas*" e não "*Lusa-A te nas*", assim chama frequentemente Coimbra<sup>14</sup>, ou seja, nunca "Atenas" (cidade símbolo da Sabedoria) mas apenas "Lusa". A Universidade, a de

<sup>6</sup> Carta a Joaquim Ferreira Gomes.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Carta a Mário Sottomayor Córdia.

<sup>9</sup> Cartas a Joaquim Montezuma de Carvalho, 1.

<sup>10</sup> Cartas a António Sérgio, 1.

<sup>11</sup> Carta a Mário Sottomayor Córdia.

<sup>12</sup> Cartas a Joaquim Montezuma de Carvalho, 1.

<sup>13</sup> Carta a Joaquim Ferreira Gomes.

<sup>14</sup> Por exemplo, Cartas a Joaquim Montezuma de Carvalho, 1.

Coimbra e as outras, passavam por momento difícil, durante esse tempo sem liberdade, o qual procurou analisar "com a máxima objectividade crítica", "como se tratasse de observar uma árvore ou um infusório, ou para utilizar as palavras de Espinosa, como se tratasse de pontos, linhas ou planos", como dizia no seu artigo para *A Capital* que foi, evidentemente, censurado<sup>15</sup>. Segundo o seu modo de ver, a "infiltração do vírus político (no sentido pejorativo da palavra)" na Universidade levou-a a perder a autonomia, nos seus diversos sentidos: "nomeação das suas autoridades administrativas (reitores, vice-reitores, directores das Faculdades) assente em critérios de predominante, senão exclusiva *ortodoxia* política"; "nomeação do pessoal docente, recrutado (como é da lei) mediante rigorosas provas públicas, mas só efectivada sob selecção política ministerial e com a prévia aprovação secreta da autoridade policíaca, zelosa da integridade e defesa do Estado e da *salas populi*"; expulsão de universitários "por meras razões de pretendida subversão política, sem prévio processo jurídico de objectivo julgamento"; "anulação da viva personalidade crítica do professor"; "repúdio de obras científicas", "rotuladas estas não raro por personalidades incompetentes nos respectivos assuntos como unidades a sepultar no *Index Librorum Prohibitorum Universitatis* de raiz político-censória", etc. Com coragem procurou, publicamente, em momento de pretensa abertura política e cultural, poucos meses depois da subida ao poder de Marcello Caetano<sup>16</sup>, pôr o dedo nas fendas da universidade portuguesa. Sem o conseguir, continuou a falar dela no íntimo das suas cartas, recordando (conforme pensava) a falta de liberdade que existia ainda em 1972 na "Universidade Salazarina", quando escrevia a Joaquim Ferreira Gomes.

4. Na verdade, Sílvio Lima - terminamos quase como começámos - transmitia, no seu duro artigo "História, *Magistra Vitae*", o testemunho da sua experiência pessoal.

Recorde-se que foi demitido no início do salazarismo sem que tivesse havido qualquer projecto judicial para o incriminar. A sua tese, apresentada para o concurso de professor extraordinário, o livro intitulado *O Amor Místico*, ainda publicado pela Imprensa da Universidade<sup>17</sup>, foi - no seu dizer - "exilado das livrarias, vendido clandestinamente como matéria inflamável"<sup>18</sup>. Quando em 1955 o Conselho Escolar da Faculdade e a Universidade de Coimbra pretenderam elevá-lo à categoria de professor catedrático conjuntamente com Paulo Quintela e Alfredo Fernandes Martins, a PIDE enviou uma Informação ao Ministro da Educação, datada de 13 de Agosto desse ano, na qual se assinalavam os "crimes" (a palavra é nossa) cometidos, o que, entre outras causas, levou à não consideração da proposta pelo Presidente do Conselho: "Quando do chamado 'Movimento de Unidade Democrática' aderiu

<sup>5</sup> Ver, *infra*, a publicação desse artigo, intitulado "História, *Magistra Vitae*".

<sup>6</sup> O artigo é datado de 16 de Novembro de 1968 e Marcello havia tomado posse como Presidente do Conselho em 27 de Setembro desse mesmo ano.

<sup>7</sup> *O Amor Místico. (Noção e valor da experiência religiosa)*, volume I. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935

<sup>8</sup> Carta a Barahona Fernandes, in Barahona Fernandes, "Revivendo um ensaio de Sílvio Lima decapitado pela censura: *O Amor Místico*", *Biblos*, vol. LV, 1979, p. VIII.

a esse movimento, conforme foi publicado na imprensa da época, e assinou uma das listas. E quando da prisão do Dr. Rui Luís Gomes, em 9 de Novembro, também de 1945, "[...] foi um dos indivíduos que, em telegramas dirigidos a Sua Excelência o Chefe do Estado e Presidente do Conselho, protestaram contra ela". Mesmo com estes "atributos", a Informação da PIDE, dizendo auscultar as opiniões dos "professores nacionalistas", e tendo em conta que o Doutor Fernandes Martins manifestara o interesse em que o seu nome não fosse proposto para não prejudicar o Doutor Paulo Quintela, concluía que "entre os dois males" preferia "o menor", isto é, a nomeação do Doutor Sílvio Lima, embora entendesse que se deveria "proteger o assunto até aparecerem aptidões e valores, entre os nacionalistas", que pudessem vir a "ocupar tão altos cargos"<sup>19</sup>.

180

E assim, como se disse, Sílvio Lima só foi promovido em 1975. Era afinal uma espécie de "homenagem póstuma" - um "paradoxo burocrático", como lhe chamou, com o seu humor amargo, o próprio professor.

5. Deixemos agora o leitor com as cartas, bem mais aliciantes, de Sílvio Lima, que procurámos anotar com o maior cuidado possível. Elas são reveladoras de um homem angustiado, mas que nunca perdeu o sentido do humor e muito menos a esperança. Perante as injustiças de que foi alvo, pensa que pouco mais poderia fazer na sua área de trabalho, mas isso não o faz perder o sentido da cultura e da vida universitárias. Por isso — olhando o exemplo de outras universidades - recolhe-se ao plano das "recordações" daquilo que poderia e gostaria de ter feito e que não pôde realizar: "os colégios oxfordianos foram para o meu espírito um encanto indizível; quem me dera ter lá vivido, estudado, pensado com fervoroso ímpeto!"<sup>20</sup> Teria sido afinal este o preço da "liberdade", do ideal que Sílvio Lima acalentou ao longo da sua vida e que fez dele "um homem humilde, mas livre na sua investigação".

<sup>19</sup> Informação, datada de 13 de Agosto de 1955, enviada pelo director da PIDE ao Chefe de Gabinete do Ministro da Educação Nacional, através de ofício CONFIDENCIAL, de 16 de Agosto de 1955, com a resposta de recepção do Chefe de Gabinete, datada de 19 de Agosto, in Arquivo da PIDE/DGS, AN/TT, Sílvio Mendes Lima, Processo 1540 - C I (1), fls. 90-95.

<sup>20</sup> Carta a Sottomayor Cárdua.



## CORRESPONDÊNCIA DE SÍLVIO LIMA \*

### CARTAS A ANTÓNIO SÉRGIO

As cartas dirigidas a António Sérgio que se encontram no processo de Sílvio Lima do arquivo da PIDE/DGS são todas fotocópias. Têm como remetente a residência em Coimbra de Sílvio Lima, na R. Antero de Quental, 92, e, como endereço do destinatário, a sua residência em Lisboa, Travessa do Moinho de Vento, à Lapa.

481

#### 1

Coimbra, 10-Dez-1953

Querido Amigo Sérgio

Só hoje, esmagado como estou pela nossa planturosa deusa Minerva universitária<sup>1</sup>, venho agradecer as suas admiráveis e lúcidas cartas do "Terceiro Homem"<sup>2</sup>. Li-as de um fôlego! Dei-as a ler a pessoas da família e a alguns amigos sinceros. Todos são unânimes em ajuizar que "aquilo" não é propaganda, literatura demagógica, mas autêntica literatura demopédica<sup>3</sup>, obra de verdadeiro apostolado social. Páginas de análise crua do presente, e páginas

---

A leitura desta correspondência manuscrita (originais ou fotocópias), que se encontra no Arquivo da PIDE/DGS, AN/TT [Sílvio Mendes Lima, Processo 1540 - C I (1)] foi realizada, numa primeira versão, pela Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Azenha, Técnica Superior do Instituto de História e Teoria das Ideias, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a quem agradecemos. Mantivemos o grafia original, bem como, na medida do possível, os seus aspectos de ordem formal, tais como aspas e sublinhados.

<sup>1</sup> Em sentido figurado e com um humor crítico, a Universidade de Coimbra. "Planturosa" com o significado de "volumosa", (neste caso) que "esmaga" quem nela trabalha. São, aliás, constantes as alusões sarcásticas de Sílvio Lima à Universidade, não porque não lhe tivesse grande amor, mas porque a desejava diferente da "Universidade Salazarina" (para empregar as suas palavras).

<sup>2</sup> Trata-se da obra de Sérgio, *Cartas do Terceiro Homem*, cujo primeiro volume foi publicado em Lisboa em 1953, pela Editorial Inquérito. Os segundo e terceiro volumes foram publicados, respectivamente, em 1954 e 1957. A obra foi reeditada em 1974 integrada num volume da responsabilidade da editora Sá da Costa, intitulado *Democracia*. O "terceiro homem" era para Sérgio o homem do "libertarismo disciplinado e reformador", por que se esperava, que sucederia ao homem do "libertarismo indisciplinado e não reformador" da República e ao homem do "autoritarismo absoluto" do Estado Novo.

<sup>3</sup> No sentido de "pedagogia democrática".

cheias de ideias sugestivas às quais dou a minha adesão veemente, como sabe, [;] por isso sou, ou julgo ser, um humanista, um idealista, um democrata no profundo sentido da palavra. Segui - durante o mês de condicionada respiração cívica<sup>4</sup> - a sua actuação como presidente da Comissão Promotora do Voto; louvo-o pela sua dignidade, elegância e calma. Lá vieram de novo as já clássicas calúnias! Que se há-de fazer? Ai de nós! Não sei como se há-de sair deste círculo vicioso, e como levar a meditar as páginas do "Terceiro Homem". Talvez nasça um dia um "Quarto Homem" que nos varra a todos no reventar dos diques, envoltos todos os valores no fragor das águas! Haja esperança; esta luta eleitoral creio que trouxe melhorias e conquistas<sup>5</sup>; o tempo vai rodando, e o mundo marcha para a superação dialéctica do passado e do presente<sup>6</sup>. Se for a Lisboa pelo Natal hei-de procurá-lo; marcarei horas pelo telefone.

Cumprimentos sempre amigos para a Senhora Dona Luísa e para si, querido Sérgio, valente "Terceiro Homem", um abraço forte do seu muito dedicado

Sílvio Lima

## 2

Coimbra, 7 - Dezembro - 1958

Querido Amigo Sérgio

Sinto-me feliz por saber que já se encontra de novo no seu lar. Não vale a pena julgar a nova violência civil e intelectual que lhe fizeram. É assim mesmo. O seu heroísmo comove-me pelo que tem de exemplar e de dignificante<sup>7</sup>.

A Atlântida - dado o facto lamentoso da morte do nosso saudoso J. de Carvalho<sup>8</sup> - encarregou-me de dirigir a Biblioteca Filosófica<sup>9</sup>. Venho solicitar o seu precioso auxílio. Tem

<sup>4</sup> Tratou-se das eleições para a Assembleia Nacional, realizadas em 8 de Novembro de 1953. Concederam-se então - como era costume - algumas liberdades cívicas à oposição, logo extintas, quando terminou a pseudo-campanha eleitoral.

<sup>5</sup> Seja como for, e como sempre sucedeu, a União Nacional ganhou as eleições, ocupando os seus "candidatos" todos os lugares de deputados.

<sup>6</sup> Este optimismo racionalista relativamente à evolução histórica encontra-se em várias das cartas aqui publicadas.

<sup>7</sup> Na sequência do apoio à candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, cujas eleições se realizaram em Junho de 1958, António Sérgio foi preso, juntamente com outras grandes personalidades científicas e culturais da vida portuguesa, tais como Azevedo Gomes, Jaime Cortesão e Vieira de Almeida.

<sup>8</sup> Joaquim de Carvalho, professor da Faculdade de Letras, nascido em 1892 na Figueira da Foz, morreu em 27 de Novembro de 1958, poucos dias antes desta carta ter sido escrita.

<sup>9</sup> A Atlântida-Livraria Editora, Lda., hoje desaparecida, cuja sede era na Rua Ferreira Borges em Coimbra, tinha, entre as suas colecções, a "Biblioteca Filosófica", que foi primeiro dirigida por Joaquim de Carvalho e, depois da sua morte, por Sílvio Lima, ambos professores da Faculdade de Letras, da área de Ciências Histórico-Filosóficas, e ambos "republicanos", ou seja demoliberais com posições contrárias ao salazarismo.

o querido Sérgio algum original a ser publicado, seu ou tradução de outrem? Se nada tem quere o Sérgio encarregar-se desde já de algum trabalho? Conhece as condições da Atlântida e o prémio pecuniário do seu esforço. Disseram-me que o J. de Carvalho lhe pedira a tradução da Introdução ao Estudo da Medicina Experimental de Cl. Bernard<sup>10</sup>. É isto exacto? Se não é, quere tomar sobre si o encargo de traduzir o Bernard? Eu poderia fazer o prefácio, se o próprio Sérgio não se decidisse a escrevê-lo por falta de tempo.

Agradecia-lhe o favor especialíssimo duma resposta urgente. Como sabe, do trabalho do Bernard apenas se publicaria a 1.ª parte, na qual o Mestre faz a teoria do método experimental.

Cumprimentos afectuosos e amigos do seu

Sílvio Lima

483

### 3

Coimbra, 18 - Dezembro - 1958.

Querido Amigo Sérgio

Deu-me grande alegria a notícia da sua anuência ao meu pedido da tradução do nosso Claude Bernard<sup>11</sup>. Acabo de regressar da "Atlântida"; falei com o digno gerente Cravo<sup>12</sup>, que me disse aceitar o pagamento do trabalho dactilográfico; se fôr necessário, o dinheiro seguirá logo que o Sérgio o queira. Está, portanto, tudo assente. Mãos e olhos à obra!. Prefácio e as notas que entender. O Vieira de Almeida vai fazer uma introdução e uma tradução do St. Milí - "O Utilitarismo"<sup>13</sup>.

---

Ao invés de Sílvio Lima, Joaquim de Carvalho nunca foi demitido, tendo, no entanto, sido extinta em 1934 a Imprensa da Universidade de que era director, acto político que, entre outras motivações, terá como causa a referida orientação de Joaquim de Carvalho. A colecção sobreviveu ao 25 de Abril de 1974. Muitas foram as obras ali publicadas, de diversos filósofos e pensadores, da Antiguidade aos nossos dias, abrindo-se na sua última fase a pensadores portugueses. Como simples amostragem recorde-se: Platão, Aristóteles, São Boaventura, Santo Agostinho, Espinosa, J. Berkeley, Kant, Stuart Mill, Husserl, William Montague, Jean Chateau, Henri Margenon, Barahona Fernandes, José Pecegueiro, Álvaro Miranda Santos.

<sup>10</sup> Claude Bernard (1813-1878), ilustre médico e fisiologista francês, que foi professor no Collège de France, é considerado o introdutor da medicina experimental, sendo a sua obra *Introduction a l'étude de la médecine expérimentale* (Paris, 1865) entendida como um marco importante na evolução das ciências biológicas.

<sup>11</sup> Na verdade, a obra não chegou a publicar-se na colecção "Biblioteca Filosófica". Foi sim publicada, pouco depois, com data de 1959, em Lisboa, por Guimarães Editores, sendo a tradução de Maria José Marinho. Provavelmente Sérgio não iniciou sequer o trabalho, por saber que a tradução da obra já estava em curso.

<sup>12</sup> Joaquim Lopes Cravo, gerente contabilista da Atlântida.

<sup>13</sup> A tradução da obra de John Stuart Mill (1806-1873), intitulada na sua versão original *Utilitarianism* (1863), ao contrário da obra de Cl. Bernard, foi editada pela colecção "Biblioteca Filosófica", com um prefácio de Francisco Vieira de Almeida (1888-1962), professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Dela se publicou uma segunda edição em 1976. A tradução foi da autoria de Eduardo Rogado Dias.

Aproveito a ocasião para lhe enviar, a si e à sua querida Esposa, os meus votos de feliz Natal. Aproxima-se o ano de 1959: como profetas das dúzias, creio que esse ano será decisivo. A marcha das coisas segue o seu destino implacável<sup>14</sup>

Veio agora o "grande balão de oxigénio": - os funcionários terão o seu presépio, mas a vaca está magra e o jumento irrequieto mostra desejos de ornejar<sup>15</sup>.

Abraça-o dedicadamente com o afecto de sempre o muito seu

Sílvio Lima

---

<sup>4</sup> Como se vê, Sílvio Lima previa o fim próximo do regime de Salazar. A sua previsão, embora certa, não se concretizou, todavia, tão depressa como julgaria, pois - como se sabe - só se verificaria, durante a ver são marcelista, em 25 de Abril de 1974, ou seja, cerca de quinze anos depois.

<sup>5</sup> Referia-se, sem dúvida, ao aumento dos ordenados dos funcionários públicos, que não correspondia, no entanto, a um sinal de progresso do país. Ao invés, usando a metáfora dos animais do presépio - note-se que se vivia o tempo do Natal - salienta que se estava em período de crise económica ("a vaca está magra") e que o povo dava mostras de inquietude e de não se querer calar ("o jumento irrequieto mostra desejos^ de ornejar").

II

**CORRESPONDÊNCIA DIRIGIDA A MANUEL MENDES<sup>16</sup>**

A correspondência (uma carta e um cartão) dirigida a Manuel Mendes tem como remetente a residência em Coimbra de Silvío Lima, agora na R. Antero de Quental, 7, e, como endereço do destinatário, a sua residência em Lisboa, R. de S. Francisco Xavier, 52, Restelo, Lisboa -3.0 cartão ("cartão de visita" impresso, com o nome e a morada de Sílvio Lima, no qual escreveu o texto dirigido a Manuel Mendes) tem anexo, no processo da PIDE/DGS, "linguados" do artigo ali citado, que foi "Cortado" pela Censura. 485

1

Coimbra, 26-11-1965

Meu Ex.TAmigo

Recebi e li com profunda emoção intelectual a sua não-longa carta, que a sua gentileza me dirigiu. Impressionou-me vivamente aquilo que tão concisamente soube exprimir: "valem os pelo que resistimos". Exacto! Tomo a liberdade de lhe enviar pelo correio a minha tese de concurso, que o fanatismo não consentiu que defendida fosse<sup>17</sup>. Ela foi a causa da minha frustração universitária. Vítima de agressões e turpitudes, ao fim de 28 anos de serviço docente, e creio que decente, vi-me obrigado pela criação lenta de uma terrível psiconeurose

---

<sup>6</sup> Manuel Mendes (1906-1969), escritor e escultor, foi uma das mais significativas personalidades da oposição democrática ao regime de Salazar, tendo sido fundador em 1945 do Centro Republicano Almirante Reis, de onde saiu o Movimento de Unidade Democrática (MUD), de cujas comissões executiva distrital e central fazia parte. Participou activamente nos movimentos de apoio às candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado e das listas da oposição à Assembleia Nacional. Jornalista em vários periódicos, estava então ligado a *A Capital*.

<sup>7</sup> Trata-se da tese apresentada para o concurso de professor extraordinário, intitulada *O Amor Místico. (Noção e valor da experiência religiosa)*, volume I. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935. O livro, ainda publicado pela Imprensa da Universidade, extinta, como se disse, no ano anterior, foi - conforme disse Sílvio Lima numa carta a Barahona Fernandes (in Barahona Fernandes, "Revivendo um ensaio de Sílvio Lima decapitado pela censura: *O Amor Místico*", *Biblos*, vol. LV, 1979, p. VIII)-"exilado das livrarias, vendido clandestinamente como matéria inflamável". Esta obra e a polémica originada pela seu texto crítico à obra de Manuel Gonçalves Cerejeira, já então Cardeal Patriarca de Lisboa, *Notas críticas ao livro do sr. Cardial Cerejeira "A Igreja e o pensamento contemporâneo"*, Coimbra, Livraria Cunha, 1930 (2ª Edição: 1931), para além da sua militância republicana de longa data, originaram a sua demissão, em 16 de Maio de 1935, na sequência do decreto-lei n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935, que justificava a demissão dos funcionários que revelassem "espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política" (de 1933) ou que não dessem "garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado".

reactiva a pedir a aposentação<sup>18</sup>. O César de Santa Comba<sup>19</sup> soube, com rara mestria psicológica, vetando três sucessivas propostas por unanimidade para a nomeação de professor catedrático por distinção, ministrar-me um "processo sócrático" às colheres<sup>20</sup>. Resisti quanto pude, como pude e até onde pude. Depois foi a doença, as reacções de angústia, o complexo brutal de inferiorização, de esmagamento da personalidade; para salvar o espírito, saí voluntariamente da engrenagem minérvica e aqui estou agora, aos 61 anos, desde 25 de Fevereiro deste ano, alegremente aposentado<sup>21</sup>, livre, crente na minha possível "renascença". Resta-me a consolação de ter deixado na Universidade esta obra, que marcará (digo-o sem tola jactância) a presença de um homem humilde, mas livre na sua investigação. Se tiver paciência e tempo, passe os olhos por ela e transmita-me a sua impressão. Talvez um dia, quando for a Lisboa, me encontre com o meu Ex<sup>110</sup> Amigo e lhe aperte cordealmente a mão.

Entretanto creia-me

Sou seu amigo e sincero admirador

Sílvio Lima

RS. - Não sei se sabe. A minha tese de licenciatura em Filosofia<sup>22</sup> dediquei-a a A. Sérgio, de quem sou íntimo e dedicadíssimo amigo. A êle devo - e a Joaquim de Carvalho - parte da minha formação mental.

SL

<sup>8</sup> Na verdade, Sílvio Lima cumpriu, pelo menos formalmente, mais de 28 anos de serviço: licenciado em 9.7.1927 e doutorado em 30.1.1929, começou a exercer o magistério como assistente provisório da Faculdade de Letras de Coimbra em 29.4.1929 e, como professor auxiliar provisório, em 1 de Outubro desse ano, continuando a ensinar até 16.5.1935, ano em que foi afastado do serviço, ou seja, durante cerca de seis anos. Reintegrado em 22.1.1942, foi-lhe concedida a aposentação a seu pedido em 1.3.1965, isto é, exerceu o ensino durante mais cerca de vinte e três anos, o que perfaz o total de vinte e nove anos. Resta dizer que depois do 25 de Abril foi reintegrado como professor catedrático em 16.4.1975, cargo que, como disse na carta, nunca chegou a atingir, no tempo de Salazar, apesar de ter sido proposto pela Universidade, devido a indeferimento ministerial. Cfr. *Memória Professorum Universitatis Conimbhgensis*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1992, p. 75. Ver também AUC, Processo de Sílvio Lima, n.º 625, caixa 138.

<sup>9</sup> Como é evidente, refere-se ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, natural do Vimieiro, no concelho de Santa Comba Dão. "César", devido à sua acção ditatorial.

<sup>20</sup> Refere-se certamente à morte lenta de Sócrates com cicuta que, neste caso, em sentido figurado, foi minis trada ainda mais lentamente ("às colheres").

<sup>21</sup> Apesar deste testemunho pessoal, os elementos de que dispomos apontam como data da sua aposenta ção aquela que atrás foi referida, 1.3.1965.

<sup>22</sup> A tese de licenciatura de Sílvio Lima tinha como título *Ensaio sobre a ética de Guyan nas suas relações com a crise morai contemporânea*. Obteve a classificação de Muito Bom.

C<sup>a</sup>9-XII-1968

Meu prezado Amigo:

Escrevi para "A Capital" a minha resposta ao Inquérito da Universidade. A senhora dona censura (tudo com letra minúscula) vetou, integralmente, o texto. Eu não me ralo e eles também não, graças a Deus. Já estou malhadiço, como diz o nosso Zé Povo. Foi pena o texto redundar em triste aborto, não por minha culpa (eu respeito a "Humanae Vitae" de Paulo VI)<sup>23</sup>, mas por causa das drogas censórias daqueles guardiões do Estado e da Nação. Peço o re-envio, pelo correio, das provas; ficam como recordação de gaveta

Dedicadamente, seu amigo

Sílvio Lima

PROF. SÍLVIO LIMA: HISTÓRIA,

**MAGISTRA VITAE<sup>24</sup>**

Ao responder com gosto, ao largo inquérito de "A Capital", permita-me V, sr. Director, que me coloque nesta dupla atitude mental:

1.º - Escreverei em apertada síntese não propriamente de o que a Universidade, prospectivamente, *deve ser*, mas aquilo que ela, retrospectivamente, *tem sido*; à luz do velho conceito ciceroniano "Histó[or]ia Magistra Vitae", afigura-se-me que o exame analítico do preterito poderá traçar-nos, *por lógica contraposição*, as linhas mestras do porvir.;

2.º - Escreverei das Universidades lusas com a máxima objectividade *crítica* como diria o Sages Montaigne, delas falarei impessoalmente como se tratasse de observar uma árvore ou um infusório, ou para utilizar palavras de Espinosa, como se tratasse de pontos, linhas ou planos.

<sup>23</sup> O motivo da citação da encíclica de Paulo VI *Humanae Vitae* (1968) é evidente, dado que ela aborda a questão da regulação dos nascimentos e, conseqüentemente, do aborto, a que se refere em sentido figurado.

<sup>24</sup> Este artigo, a que se refere a carta anteriormente transcrita, aparece no processo de Sílvio Lima (como já se disse) sob a forma de "linguados". Tem no cimo, impressa, a indicação "A CAPITAL/ 16-11-68. N.º 226 - 2? Série / CENSURA / Enviadas em 16-11-68 / P? [Para] UNIVERSIDADE". Num balão, à esquerda: "Cortado". À direita: "(não estavam ainda emendadas)". Manteremos aqui a palavra "História" acentuada, tal como se encontra no original, porque está separada por uma vírgula do resto da expressão, de nítido sabor ciceroniano. No texto ela volta a aparecer já com uma referência directa ao autor latino e, por isso, fizemos a correcção entre parênteses recto.

As Universidades lusas - ao sociólogo-históriógrafo que sobre elas se debruce - ofereceram, nestas últimas décadas, o (como direi?) penoso espectáculo da sua demissão, ou decapitação, *cultural*. Apartadas da sua específica missão espiritual - e dos *deveres* e *direitos* que a essa missão transcendente incumbe - consentiram as Universidades no rodar dos anos, sem um reflexo protestatório de viril autodefesa *colectiva*, a ténue e depois maciça infiltração do vírus político (no sentido pejorativo do vocábulo). Essa infiltração revelou-se sob polimórficos aspectos:

1 ? - A perda progressiva da sua autonomia jurídica, pedagógica, administrativa e económica, corolário do absorvente e imperial centralismo político do Estado; 2? - a nomeação da suas autoridades governativas (reitores, vice-reitores, directores das Faculdades) assente em critérios de predominante, senão exclusiva *ortodoxia* política, sem a audiência e a auscultação dos interesses culturais esclarecidos das próprias Universidades (senados e conselhos); 3? - a nomeação do pessoal docente, recrutado (como é da lei) mediante rigorosas provas públicas, mas só efectuada sob selecção política ministerial e com a prévia aprovação secreta da autoridade policiaca, zelosa da integridade e defesa do Estado e da "salus populi"; 4? - a insegurança permanente da estabilidade dos lugares universitários (não importa o seu *nível* hierárquico) alcançados honrosamente mediante a cabal demonstração de méritos científicos e total idoneidade ética; 5? - a expulsão - por meras razões de pretendida subversão política, sem prévio processo jurídico de objectivo julgamento - de autênticos valores universitários (intelectuais e morais), aposentados coercivamente uns quando não irradiados outros com perda total de direitos adquiridos; 6? - efectuada a mórbida contaminação individual do medo perante as sempre possíveis represálias e cominações estatais, operou-se a restrição senão a anulação da viva personalidade *crítica* do professor, reduzido ou asfixiado este à mera tarefa expositiva, não-problemática e não-dialogante, de matérias e assuntos, *crise* grave esta no tocante não em tão alto grau às puras ciências da natureza, como a física, a química, a astronomia ou a botânica, mas sobretudo às chamadas hodiernamente ciências humanas, ciências noológicas, do espírito ou da cultura, como a filosofia, a sociologia, a arte, a moral, a religião; 1? - repúdio de obras científicas, furto de dilatadas vigílias diurnas e nocturnas e penosos labores de anos, rotuladas estas não raro por personalidades incompetentes nos respectivos assuntos como unidades a sepultar no "Index Librorum Prohibitorum Universitatis", de raiz político-censória; 8? - a inabertura (baseada em aludidos óbices económicos do Estado) de vagas docentes, inabertura protelada por indefinido prazo temporal, em sessões totalmente desertas de professores catedráticos, com variados prejuízos da própria estruturação e direcção pedagógicas, e não obstante os apelos "clamantes in deserto", dos próprios candidatos desejosos de prosseguimento até final na sua carreira científica; 9.º - inocupação, contra a própria determinação da lei, durante longos anos, nos senados universitários da cadeia representativa da massa estudantil e, portanto, da participação e colaboração desta mesma massa no exercício funcional daqueles supremos órgãos universitários; 10? - a minoração mental e moral da potencialidade germinal das Associações Académicas, reduzidas estas a colégios arregimentados de escolares dirigidos por impostas comissões administrativas, modeladas a talhadas *a priori* segundo o escopro e figurino oficiais; em vez de *auto-escolas* juvenis de civismo, forjadoras da futura cidadania e cleresia



tão fecundas dinamicamente para o viver e conviver da grei nacional e de *ginásios* tolerantes de álaçre debate de ideias propiciadoras da evolutiva maturação do espírito *crítico*, as Associações Académicas tornaram-se por evolução regressiva câmaras mortas sem luz e sem oxigénio, onde reinaram o indiferentismo, a apatia e a desfraternidade dos estudantes.

São estes, sr. Director, os dados básicos que em apertada síntese, como atrás disse, se recolhem para todo aquele historiador-sociólogo que de alma pura e consciência honrada souber examinar com frio ânimo a vera face (a não-oficial) do "Studium Generale" português. Ao humilde signatário desta resposta breve ao inquérito de "A Capital" não lhe falta (assim o julga) a autoridade académica de quem pelo longo espaço de 28 anos exerceu, como soube e pôde, o grave labor docente universitário e mostrou sempre ser, junto dos seus ilustres colegas e gerações de alunos, intransigente mas vencido adversário destes vícios estruturais, que urge reformar por contraposição. E isto porque, à luz forte das responsabilidades que lhe cabiam, procurou em tudo, no quotidiano da vida, realizar simplesmente e humanamente este objectivo supremo: SERVIR

III

**Cartas a Joaquim Montezuma de Carvalho<sup>25</sup>**

A correspondência dirigida a Joaquim Montezuma de Carvalho tem como remetente a residência em Coimbra de Sílvio Lima, na R. Antero de Quental, 7, e, como endereço do destinatário, a sua direcção em Lourenço Marques (hoje Maputo), Moçambique, Caixa Postal 52. Junto da primeira carta encontra-se um ofício de 29 de Julho de 1969, do Inspector-Adjunto, a enviar, em nome do Director Provincial, a fotocópia da carta de Sílvio Lima ao Director Geral da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, classificado de SECRETO. Possui dois carimbos, ambos datados de 30/7/1969, um do "Gabinete do Ultramar" e outro do "Centro de Informações". De modo idêntico ao caso anterior, na segunda carta encontra-se um ofício de 20 de Outubro de 1969, do Inspector-Adjunto, a enviar, em nome do Director Provincial, a fotocópia da carta de Sílvio Lima ao Director Geral da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, classificado de SECRETO. Possui dois carimbos, ambos datados de 21/10/1969, um dos "Serviços de Segurança" e outro do "Centro de Informações".

190

I

Coimbra, 21-Julho-1969

Meu muito prezado Amigo

Regressei hoje às 11 horas do Porto, onde estive quatro dias com minha mulher. Vim encontrar a sua estimadíssima carta. Não calcula a alegria que ela me deu; primeiro, por ter notícias suas, embora fugidias; segundo, pela esperança que me abre da possível edição do livro do nosso Prof. Recasens Siches<sup>26</sup>. Já falei com o Prof. Moncada<sup>27</sup>; apesar dos seus 80

<sup>25</sup> Joaquim Montezuma de Carvalho nasceu em Coimbra em 1928 e era filho do Doutor Joaquim de Carvalho, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Licenciou-se em Direito naquela Universidade, após o que emigrou para Angola e Moçambique, onde desempenhou funções nos registos e na magistratura. Em Abril de 1976 veio para Lisboa, onde exerce advocacia. Tem escrito desde estudante muitos textos sobre literatura, filosofia e história que foram publicados em diversos jornais e revistas de cultura, portuguesas e estrangeiras, nomeadamente do Brasil e de outros países da América latina. Agradeço ao Dr. Joaquim Montezuma de Carvalho o apoio que me deu quanto à leitura e interpretação desta e da carta seguinte.

<sup>26</sup> Luís Recasens Siches (1905-1977), jurista, filósofo do Direito e sociólogo espanhol, nascido na Guatemala, professor na Universidade Central de Madrid e exilado no México, onde foi professor, desde o fim da Guerra Civil, era amigo do Prof. Joaquim de Carvalho, bem como do Prof. Sílvio Lima. As suas cartas para os dois estão depositadas na Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, para onde as enviou, juntamente com os seus livros, o Dr. Joaquim Montezuma de Carvalho. O livro que se pretendia editar era uma *História da Filosofia do Direito*, que não chegou a vir a lume.

<sup>27</sup> Luís Cabral Moncada (1888-1974), professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, esteve ligado ao Integralismo Lusitano, ao movimento nacional-sindicalista e apoiou depois o Estado Novo, manifestando,

anos, prometeu-me - se os olhos não o atraíçarem - escrever umas páginas de introdução e apresentação. Vou procurar tradutor para o livro. Oxalá tudo isto se concretize, a bem da nossa "carvalhiana" Biblioteca Filosófica<sup>28</sup>.

Já sabe - e decerto através de distorcidos boatos - da "guerra académica"<sup>29</sup> que lavra desde Abril nesta estagnada "Lusa-Apenas"<sup>30</sup> - A Briosa<sup>31</sup> luta por uma Universidade renovada, democrática, progressiva, com alteração profunda das suas estruturas administrativas, culturais e didácticas. Quere participar nessas reformas, exige diálogo, reclama contestação. O conflito - latente há anos - desencadeou-se quando da visita do Tomás; foi a borbulha que rebentou, porque aos estudantes da Universidade recusou a palavra, bem como [a]o Presidente<sup>32</sup>. O Governo e o Senado, restringindo o caso a um crime de lesa-Presidência, fazendo prisões, organizando processos, etc, parece[m] não compreender a essência profunda do movimento estudantil. O "luto académico" obrigou a fechar em Maio a Universidade; os exames foram sabotados pelos estudantes (só 25% de alunos se apresentou a provas). O caso apodreceu; ignoro o que se irá passar quando caírem as primeiras folhas do Outono. Na política, o "marcelismo" é um Salazarismo sem Sal azar; receio que breve se dê um golpe dos ultras das direitas. O velho liberalismo - o de seu Pai e o meu - mostra-se mais uma vez impotente. As esquerdas, que são ao que parece as únicas organizadas, também nada podem fazer, mas pelo seu perigo reforçam os direi ti stas. E o grande drama das consciências democráticas, entaladas entre estes dois abismos<sup>33</sup>. Aguardemos o porvir e vamos consultando o "Borda d'Água"<sup>34</sup>, que é o livro da Sabedoria.

Abraço muito amigo e sempre grato do

Sílvio Lima

---

todavia, uma certa autonomia. Independentemente da sua postura política, foi um professor e um intelectual muito considerado, motivo por que Sílvio Lima fala dele com particular atenção. A sua especialidade era sobretudo a Filosofia do Direito, razão porque o contactou para "escrever umas páginas de introdução e apresentação" à obra de Recasens Siches.

<sup>28</sup> O livro referido era para ser publicado na colecção "Biblioteca Filosófica", que - como atrás se disse - era editada pela Livraria Atlântida de Coimbra e da responsabilidade, primeiro, do Doutor Joaquim de Carvalho. Daí a designação de "carvalhiana".

<sup>29</sup> Trata-se, evidentemente, da crise académica de 1969 que, nessa altura (Julho), estava ainda muito acesa, pois correspondia à época de exames, a que a maioria dos estudantes fez greve.

<sup>30</sup> Note-se a ironia crítica: "Lusa Apenas" e não "Lusa Atenas" (como por vezes Coimbra é miticamente conhecida, devido à sua Universidade e ao seu carácter geográfico em forma de acrópole).

<sup>31</sup> Nome por que vulgarmente é conhecida a Academia de Coimbra.

<sup>32</sup> Refere-se ao acontecimento mais significativo da crise académica de 1969, que se verificou em 17 de Abril, altura em que ocorreu a visita do Presidente da República, Almirante Américo Tomás, a Coimbra, para inaugurar o edifício do Departamento de Matemática e em que foi negada a palavra ao Presidente da Associação Académica, Alberto Martins.

<sup>33</sup> Neste passo Sílvio Lima revela a sua consciência liberal, bem diferente da oposição "esquerdista", não querendo somente referir-se ao Partido Comunista, verdadeiramente organizado, mas também aos movimentos de extrema esquerda que surgiam então.

<sup>34</sup> O *Borda d'Água*, que ainda hoje é publicado pela Editorial Minerva de Lisboa (não confundir com a Livraria Minerva Editora, de Coimbra), é um almanaque popular que contém um calendário religioso e dados sobre as fainas agrícolas. É evidente que Sílvio Lima se refere a ele ironicamente.

Coimbra, 15 de Out. 1969

Prezado Amigo

492 Como agora estou na melancólica situação de aposentado<sup>33</sup>, deixei-me ficar "sub tegmine fagi"<sup>36</sup>, no coração da Beira-Alta, no lugarejo de Currelos<sup>37</sup>, aldeia em plena agonia agrícola, donde tudo - ou quase tudo - emigrou, excepto os mortos que ali dormem, na desconstrução dos ossos, a desfazer-se em pó. "Paz dos sepulcros!"<sup>35</sup>. Vim encontrar a sua remessa. Não conhecia a revista "Pensamento Crítico"<sup>5,38</sup>. Eis o que precisamos: crítica. Há no livrinho artigos preciosos: os de Lefebvre (que já li e achei agudíssimo de análise)<sup>39</sup> e Carlos Núñez "Brasil: satélite e gendarme" (este com admirável aplicação ao nosso caso do Ultramar)<sup>40</sup>. Muito grato lhe estou pelo material de reflexão enviado. No tocante ao folheto, coisa impressionante, a revista do "estudiantado" de Caracas<sup>41</sup> parece um manifesto dos rapazes do nosso "studium generale"<sup>5,41</sup>, mas traduzido para a cantante língua cervantina<sup>43</sup>. O mal não é regional; o morbus [?] é o mesmo<sup>44</sup>; os fenómenos patológicos-sociais os mesmos, a "terapêutica repressiva" idêntica. As ideias sob as bombas lacrimogénicas, os canhões de água (destilada?), etc. etc. Aqui, nesta Coimbra, o movimento académico apodreceu<sup>45</sup>; faltou à juventude a estruturação e o apoio do ambiente, que está castrado. Algo, porém, ficou e é a semente do futuro, irreversível.

<sup>35</sup> Como atrás se disse, Sílvia Lima aposentou-se em 1-3-1965.

<sup>36</sup> "À sombra de uma faia". Neste caso, em sentido figurado: "Na paz campestre". Trata-se de um passo da *Écloga I* de Virgílio.

<sup>37</sup> Currelos - aldeia do concelho de Carregai do Sal, de onde era originária a Esposa de Sílvia Lima.

<sup>38</sup> Não fomos capazes de identificar esta revista, por certo brasileira ou editada num outro país da América latina, conforme sugestão do Dr. Joaquim Montezuma de Carvalho.

<sup>39</sup> Provavelmente o filósofo marxista Henri Lefebvre.

<sup>40</sup> Não fomos capazes de identificar este autor, Carlos Núñez, (ou Núñez), provavelmente latino-americano.

<sup>41</sup> Trata-se por certo de alguma revista de estudantes da Universidade de Caracas (Venezuela), que não pude mos ver, onde a academia teria tomado idênticas posições à academia de Coimbra. Recorde-se que 1969 é o ano da crise académica que reflecte, a seu modo, o francês Maio de 1968.

<sup>42</sup> *Studium Generale* é, como se sabe, a designação inicial de "Universidade", palavra esta que tem um senti do mais de carácter corporativo.

<sup>43</sup> Obviamente "língua cervantina" (do notável escritor espanhol do século XVII, Miguel de Cervantes) é o cas telhano.

<sup>44</sup> Tivemos dúvida na leitura. O Dr. J. Montezuma de Carvalho sugeriu esta hipótese, que nos parece correc ta. Na verdade, Sílvia Lima queria dizer que a doença (*morbus*) era a mesma.

<sup>45</sup> Com efeito, em Outubro de 1969, já no ano lectivo de 1969-1970, o movimento académico tinha perdido a força inicial.

À hora desta carta, opera-se a "campanha(?) eleitoral"<sup>46</sup>; como sabe, com esta "lei (?) eleitoral", que sai disto tudo senão uma farsada?<sup>47</sup> O jogo é desigual: o áz de trunfo é o rei de espadas e este sai da manga direita do governo (com g minúsculo). Voto pelo não-voUx isto é, pela abstenção negativa, que é uma afirmação. Não recebi ainda nada do nosso Prof. Recasens Siches; começo a deprimir-me com este silêncio. Não lhe enviou a minha direcção? Oxalá o volume apareça breve. E quando puder, mande-me notícias suas. Afinal, os dignitários[?]<sup>48</sup> moçambicanos foram "devorados" pelos antropófagos moçambicanos ou pelas feras soltas da Gorengosa<sup>49</sup>. Nem deram um triste pio! Abraços do

Silvio de Lima

<sup>46</sup> Saliente-se que o ponto de interrogação é do próprio texto de Silvio Lima. Vivia-se a campanha eleitoral de 1969 para a Assembleia Nacional que, apesar da falta de liberdade política e cívica, contou, todavia, com a presença de duas formações de oposição: as Comissões Eleitorais de Unidade Democrática (CEUD), patrocinadas pelo sector socialista e que contavam com monárquicos nas listas de Lisboa e do Porto, e as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), de influência comunista. A União Nacional elegeu a totalidade dos deputados, entre os quais se encontravam aqueles que constituíram o que se chamou a "ala liberal".

<sup>47</sup> Trata-se do decreto-lei n.º 49 229, de 10.9.1969, que, no plano formal, possibilitava a fiscalização das eleições por todas as organizações políticas. Tal legislação não convenceu Silvio Lima, como a generalidade das forças de oposição, apesar de terem participado no processo eleitoral. Aliás, antes dessa legislação, em 12 de Março, a Acção Democrato-Social liderada por Cunha Leal já se pronunciava pela abstenção.

<sup>48</sup> A palavra "dignitários" foi a leitura que nos sugeriu o Dr. J. Montezuma de Carvalho. Mas não avançou qual quer hipótese de interpretação para o passo citado, que não entendemos exactamente. Como se disse, Silvio Lima, como liberal que era, não terá compreendido em toda a sua extensão o movimento anti-colonialista africano.

<sup>49</sup> Gorongosa (e não Gorengosa) é, como se sabe, a reserva natural existente na região da Beira (Moçambique).

#### IV Carta a Joaquim Ferreira

Gomes<sup>50</sup>

Coimbra, 21-Abril-1972

Meu prezado Amigo

494

Venho agradecer, a hora tardia, o seu último opúsculo sobre a Reforma Pombalina de 1772<sup>51</sup>. É esplêndido contributo para a celebração festiva do seu bicentenário; estilo claro (o seu habitual), "enxundiosa" erudição e sereno juízo histórico. Só me permito dizer-lhe o seguinte: será exacto que o "Studium Generale" continua a ser pombalino?<sup>52</sup>

Observação e experimentação, está bem, embora isto seja relativo. Mas uma Universidade tem de ter uma alma, um espírito, o tal "farol de luz orientado para o Futuro". Ora, durante 40 anos, sob o consulado ditatorial do Tal que presentemente apodrece no cemitério do Vimieiro<sup>53</sup>, que foi a nossa Universidade senão um rato encolhido, trémulo de medos, automatizado pelos "reflexos condicionados" do fascismo dogmático do "Maurras portu-

<sup>50</sup> Esta carta já foi por nós publicada no volume de homenagem a Joaquim Ferreira Gomes - "Estado Novo e vigilância policial na Universidade. Os casos de Sílvio Lima e de Joaquim Ferreira Gomes", in *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1998. Tornamos aqui a publicá-la, com a devida vênua aos organizadores daquela colectânea. Joaquim Ferreira Gomes, nascido em 1928, depois de completado o curso de Teologia no Seminário de Coimbra e o curso de Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1960), onde se veio a doutorar (1965) e se tornou professor catedrático (1974), na secção de Ciências Pedagógicas. Foi determinante a sua acção na formação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (1980), onde foi professor e de que se veio a jubilar em 1998. Dedicou-se, sobretudo, à área de História da Educação e, nomeadamente, à História da Universidade de Coimbra.

<sup>51</sup> "A Reforma Pombalina da Universidade", in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano VI, Coimbra, 1972, pp. 25-63; reimpresso na obra *Dez Estudos Pedagógicos*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977, pp. 215-250. Este texto foi escrito no contexto das comemorações do segundo centenário da Reforma Pombalina da Universidade de 1772, que se restringiram à publicação de algumas obras.

<sup>52</sup> Refere-se às considerações de Joaquim Ferreira Gomes sobre a Universidade, no opúsculo citado: "Apesar de todas estas transformações, a Universidade de Coimbra continua a ser pombalina. Não é por mero acaso que o retrato do Marquês domina a Sala do Senado e que o retrato de D. Francisco de Lemos está por detrás da mesa de despacho do Reitor. São duas presenças simbólicas, mas de um simbolismo bem significativo. A Universidade de Coimbra continua a ser pombalina, no que esta designação contém de mais positivo: detentora do espírito de uma Reforma cuja característica essencial foi a introdução, no ensino, da *observação* e da *experimentação*, de modo que seus professores fossem, ao mesmo tempo, 'Mestres e Inventores'".

<sup>53</sup> Obviamente que se refere a Salazar, nascido no Vimieiro (Santa Comba Dão), em 28 de Abril de 1889, e falecido em Lisboa no dia 27 de Julho de 1970, tendo sido sepultado no cemitério da sua terra natal.

guês"?<sup>54</sup> A Universidade pombalina de 72 não se teria feito um escravo "tridentino", de cerviz ortodoxa, adoradora do ídolo, traindo a "Política do Espírito"<sup>55</sup> para servir o "Espírito de uma Política", que era a do Dono de todos nós? Compare o historial dos últimos 40 anos da nossa Casa Universitária com o historial de qualquer Universidade verdadeiramente européia, como Paris, Londres, Oxford, até Lovaina, etc, etc. A Universidade Salazarina não foi uma Universidade Pombalina, mas um "Seminário Escolástico", de muros jesuíticos (no sentido pejorativo). É Veiga Simão<sup>56</sup> que está tentando a des-salazarização do anti-pombalismo do passado.

Não julgo que eu seja sectário e ressentido; falo com objectividade e como conhecedor, de vida experiencial, da nossa Universidade. Mas talvez eu veja mal e que o fígado perturbe a minha pobre razão judicatória. Diga-me a sua opinião, em carta amiga. E, entretanto, receba um abraço, dedicadamente grato, pela gentileza da oferta.

"Ex totó corde"<sup>57</sup>

Sílvia Lima

P.S. — Que pensariam, acerca do seu juízo, universitários como Egas Moniz, Fernando da Fonseca, Quintanilha, Valadares, Rui Gomes, Mário Silva, Vieira de Almeida, Abel Salazar, etc, etc.<sup>58</sup>

<sup>54</sup> A designação de "Murras português" atribuída a Salazar poderia ser discutida: Charles Maurras (1868-1952), como é sabido, foi um dos fundadores do movimento da *Action Française*, nome também do jornal que defendia as suas ideias. Logo na entrevista a António Ferro (1932), Salazar procura afastar-se da prática de Maurras, que pendia para a violência e para a defesa do princípio da *Politique d'abord*. No entanto, já então alguns livros de Maurras e o próprio jornal *Action Française* haviam sido excomungados pelo *Index* do Santo Ofício (1926). Também não se pode dizer, de forma alguma, que Salazar fora monárquico, como o fora Maurras. Seja como for, o pensamento de Salazar não deixou de reflectir certas ideias de Maurras, a sua prática acabou por se caracterizar pelo seu sentido "político" autoritarista e o certo é que, na entrevista a Christine Garnier, Salazar acabou por afirmar a injustiça da França para com Pétain e Maurras (Christine Garnier, *Vacances avec Salazar*, Trad. port: *Férias com Salazar*, Lisboa, Companhia Nacional de Editora, 1952, 7., ed., p. 168). Do mesmo modo, é de salientar que a expressão "fascismo dogmático" poderia também ser questionada, dado que Salazar, apesar de ter sido grande admirador de Mussolini, procurou sempre afirmar que estava a construir um Estado original diferente do fascismo. Não é lugar aqui para discutir questões tão complexas, mas importa salientar que Sílvia Lima utiliza aqui a palavra "fascismo" com um sentido genérico e como uma prática ("fascismo dogmático", ou seja, menos teoria do que "dogma"), referindo-se sobretudo à intromissão do Estado nos vários planos da sociedade, mesmo da Universidade, de onde resultava a sua falta de autonomia.

<sup>55</sup> "Política do Espírito" foi, como se sabe, a expressão utilizada por António Ferro para designar a política cultural e de propaganda do Estado Novo. Todavia, ela teria sido utilizada primeiro, com outro sentido, por Paul Valéry.

<sup>56</sup> José Veiga Simão foi ministro da Educação Nacional a partir de 15 de Janeiro de 1970, sendo responsável por importantes reformas no sector, durante o governo marcelista.

<sup>57</sup> "De todo o coração", no sentido de "Com grande amizade".

<sup>58</sup> Trata-se, evidentemente, de professores universitários que tomaram posições contra o regime de Salazar e que foram mesmo vítimas da sua acção repressiva. Assim sucedeu, especialmente, com Abel Salazar e Aurélio Quintanilha, demitidos em 1935, com Rui Luís Gomes (professor da Faculdade de Ciências do Porto), Fernando da Fonseca (professor da Faculdade de Medicina de Lisboa), Manuel Valadares (assistente da Faculdade de Ciências de Lisboa) e Mário Silva (professor da Faculdade de Ciências do Coimbra), demitidos em 1947. Egas Moniz, professor da Faculdade de Medicina de Coimbra no princípio do século e, depois, da Faculdade de Medicina de Lisboa, teve uma importante acção política na I República e acabou

E não universitários oficiais<sup>59</sup> como A. Sérgio, Cortezão, Proença, etc? O bispo Salazar seria "bisneto espiritual" do bispo Reformador Lemos<sup>60</sup>? Leria aquele o "breviário" dos Estatutos de 72 ou a "Ratio Studiorum"<sup>61</sup> do 28 de Maio?

---

por se dedicar sobretudo à investigação científica durante o Estado Novo, em relação ao qual manteve sempre uma atitude oposicionista. Foi-lhe atribuído o Prémio Nobel em 1949. Francisco Vieira de Almeida foi professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. De formação monárquica, esteve ao lado da oposição ao Estado Novo.

<sup>59</sup> No sentido de que, apesar da intelectuais notáveis, não eram professores da Universidade.

<sup>60</sup> D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, Reformador-Reitor da Universidade no período pombalino e, depois, Bispo de Coimbra.

<sup>61</sup> O *Ratio Studiorum* é o manual da pedagogia e da didáctica jesuítico. Aqui, naturalmente, é empregue em sentido figurado, recordando as práticas de ensino que se sucederam à implantação da Ditadura Militar e de Estado Novo. Os republicanos tinham, normalmente, como se sabe, uma concepção antijesuítica, cujas origens se radicam nas reformas do Marquês de Pombal.



## V

CARTA A MÁRIO SOTTOMAYOR CÁRDIA<sup>62</sup>

A carta é dirigida ao Dr. Sottomayor Cárdua, Ao gentil cuidado da Empresa de Publicidade "SEARA NOVA", R. Bernardo de Lima, 23-1.º. Esq.º LISBOA 1.

Coimbra, 9-Outubro-1972

497

Meu prezado Amigo

Só agora, a horas (não digo de mau pagador, porque os livros foram generosamente oferecidos<sup>63</sup>) de mau recebedor, venho agradecer a sua delicadeza. Tudo, neste mundo sublu-nar, tem a sua explicação. Estive ausente desta Lusa-Apenas durante dois meses. Trota-mundo pela estranja (eu pertenço, humildemente, à falange dos "estrangeirados"); visitei a Espanha, França e sobretudo Inglaterra. Lá me regalei com os ares britânicos; Londres des-lumbrou-me; os colégios oxfordianos foram para o meu espírito um encanto indizível; quem me dera ter lá vivido, estudado, pensado com fervoroso ímpeto! Ninguém nasce quando e onde quer; como disse o Ortega y Gasset, somos atirados para a vida como bala, no meio de um turbilhão de probabilidades<sup>64</sup>. Devorei quase já os 2 volumes antológicos: com que emoção "histórica" reli os escritos dos queridos Amigos que a Morte levou; corri, tanto de amor e admiração, o Proença, o Sérgio, o Cortesão, o F. de Vasconcelos<sup>65</sup>, etc. Andei por entre a

<sup>62</sup> Mário Sottomayor Cárdua, nasceu em 1941, tendo-se formado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em resultado das suas posições políticas, foi durante um ano aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi nos anos sessenta redactor e chefe de redacção da *Seara Nova*. Depois do 25 de Abril de 1974 fez parte dos órgãos dirigentes do Partido Socialista e foi Ministro da Educação. É actualmente professor da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>63</sup> Os livros a que Sílvio Lima se refere são os dois volumes de *Seara Nova - Antologia. Pela reforma da República. (1) e (2). 1921-1926*. Organização, prefácio e notas de Sottomayor Cárdua. Lisboa, Seara Nova, 1971 e 1972.

<sup>64</sup> Ortega y Gasset (1883-1955), pensador espanhol da "geração de 98" muito glosado em Portugal, à esquerda e à direita, escreveu, naturalmente, esse pensamento de uma forma e com um sentido um pouco mais complexos: "No somos disparados sobre la existência como la bala de un fusil, cuya trayectoria está abso-lutamente determinada. La fatalidad en que caemos ai caer en el mundo - el mundo es siempre este - consiste en todo lo contrario. En vez de imponernos una trayectoria, nos impone varias y, consecuentemen-te, nos fuerza a elegir! Vivir es sentirse *fatalmente* forzado a ejercitar la *libertad*, a decidir lo que vamos a ser en este mundo. Ni un solo instante se deja descansar a nuestra actividad de decisión. Inclusive quan-do desesperados nos abandonamos a lo que quiera venir, hemos decidido no decidir" (*La rebelión de las masas*, Madrid, Revista de Occidente, 1933, pp. 68-69).

<sup>65</sup> Sílvio Lima refere-se a alguns dos fundadores da *Seara Nova*, por de mais conhecidos: o ensaísta e pen-sador Raul Proença, o pensador e historiador Jaime Cortesão e o pedagogo António Faria de Vasconcelos, a que se juntou depois António Sérgio.

"Seara", a ver as "espigas" que o furacão "Salazar" (em geral os furacões têm nomes femininos) derrubou e espesinou. As sementes não se perderam; oh não! Elas hão-de germinar, a seu tempo! O espírito tem as suas leis dialécticas e a sua marcha é irreversível. Nós somos apenas o homem existencial, seres de carne e osso, imersos na temporalidade. Siceríssimos parabéns pelo seu prefácio, trabalho de fina análise, objectiva, serena, cheia de coragem moça. Creia na sincera estima e admiração intelectual do seu amigo e camarada

Sílvio Lima